

MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO A PARTIR DAS REVISÕES DE LITERATURA

Kauana de Jesus Pavinati¹

Hilusca Alves Leite²

Resumo

A presente pesquisa buscou analisar a partir da literatura acadêmica, estudos sobre a medicalização na educação, esse fenômeno que tem sido sinalizado por vários autores como uma epidemia. Sabemos que existem pessoas que têm uma maior facilidade em aprender e pessoas que aprendem com dificuldade, com isso a pesquisa também buscou investigar o papel da medicalização na aprendizagem das crianças. O aumento da medicalização de problemas não relacionados à saúde é uma realidade nos dias de hoje e cada vez mais no contexto escolar, transformando demandas não médicas em demandas médicas, assim, os verdadeiros problemas são mascarados. Diante disto, a pesquisa também buscou analisar o contexto histórico da medicalização na educação, a fim de responder quais as relações entre medicalização e educação presentes na literatura acadêmica, a pesquisa foi bibliográfica e composta de artigos publicados sobre a temática da medicalização na educação.

Palavra-chave: Medicalização. Educação. Problemas de aprendizagem.

Introdução

Nos dias atuais, observamos o aumento de casos diagnosticados de transtornos e outras patologias em alunos desde a educação infantil devido a suas dificuldades escolares. A cada dia, a escola se encontra com um número altíssimo de crianças e jovens com transtornos e junto aos diagnósticos a medicalização se faz presente na maioria dos casos.

O processo de medicalização nas escolas teve origem nos movimentos higienistas, de acordo com Zucoloto e Patto (2007), e envolve, dentre outros aspectos, a imposição de hábitos saudáveis nas escolas para prevenir doenças. A atribuição de patologias ligadas ao fracasso escolar contribuiu para a medicalização de alunos, onde crianças com dificuldades de aprendizagem eram rapidamente diagnosticadas

¹ Acadêmica do 4º ano do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá- PR, Brasil. Artigo apresentado como trabalho de Conclusão de Curso.

² Docente da universidade estadual de Maringá. Atualmente atua no departamento de teoria e prática da educação, na área de psicologia da educação.

e medicadas. De acordo com Collares e Moysés (2013), o Brasil é um dos países com maior número de diagnósticos de problemas e transtornos ligados ao processo educativo, sendo um dos maiores consumidores mundiais de metilfenidato, presente em medicamentos como Ritalina e Concerta.

De acordo com Chagas e Pedroza (2017) o uso de medicamentos envolve “reducionismo biológico”, as explicações sobre a situação e o destino de pessoas e grupos por meio de suas características individuais, ocultando elementos sociais, históricos, políticos e pedagógicos.

Moysés e Collares (1994) afirmam que o termo medicalização se refere ao processo de transformar questões não-médicas em questões médicas, ou seja, procurar no campo médico causas e soluções para os problemas dessa natureza. A medicalização ocorre como uma concepção de ciência médica que debate o processo saúde-doença como individual, preferindo a abordagem biológica, organicista. A respeito disso, (MOYSES; COLLARES, 2011, p. 136) apontam que:

“A medicalização da vida de crianças e adolescentes articula-se com a medicalização da educação na invenção das doenças do não-aprender: a medicina afirma que os graves- e crônicos- problemas do sistema educacional seriam decorrentes de doenças, que ela, medicina, seria capaz de resolver, cria, assim, a demanda por seus serviços, ampliando a medicalização”.

Ainda de acordo com as autoras, o medicamento é considerado uma ferramenta importante para tratar doenças e também para auxiliar no processo de aprendizagem. Os professores acreditam que os efeitos adversos do medicamento, como sono, perda de apetite e apatia, são compensados pelos benefícios que ele traz, como o desenvolvimento das crianças e a melhora significativa do aprendizado.

De acordo com Moysés (2001), os professores são influenciados por uma visão médica que confere um diagnóstico das dificuldades de aprendizagem. Esse diagnóstico, por sua vez, reforça a ideia de que a criança que não aprende é um problema a ser resolvido, e que o medicamento é a solução para esse problema. No entanto, a autora também afirma que o medicamento, na verdade, visa à obediência e ao disciplinamento das crianças, o que revela uma perspectiva higienista.

Entende-se por medicalização o processo por meio do qual as questões da vida social – complexas, multifatoriais e marcadas pela cultura e pelo tempo histórico – são reduzidas a um tipo de racionalidade que vincula artificialmente a dificuldade de adaptação às normas sociais a determinismos

orgânicos que se expressariam no adoecimento do indivíduo (Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade - FMES, 2015b, p. 11).

De acordo com (CHRISTOFARI, A. C. 2015), no ambiente escolar a medicalização se define como um processo de produção discursiva que justifica as dificuldades de aprendizagem e os comportamentos dos alunos, ou seja, questões referentes às situações cotidianas vividas, como por exemplo, sintomas de patologias. Detectar esses problemas de aprendizagem como consequência de um possível distúrbio, pode gerar uma grande influência na elaboração de um olhar focado na racionalidade médica em questão das maneiras de aprender e ser no âmbito escolar. Nesse contexto onde os modos de ser e de aprender na escola adentram em uma investigação que busca a patologia ao invés das competências de cada um, as ciências médicas são, cada vez mais, solicitadas pela escola a falarem sobre esses indivíduos.

Com isso, este estudo teve como objetivo geral sistematizar, a partir da literatura acadêmica, estudos sobre a medicalização. Pretendeu também, como objetivos específicos: verificar o contexto histórico da medicalização na educação; identificar o papel da medicalização na aprendizagem das crianças.

A partir disso, o problema desta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: Quais as relações entre medicalização e educação presentes na literatura acadêmica de autores e autoras que discutem essa questão a partir de uma abordagem crítica?

Entendemos que a investigação realizada se justifica pelo fato da medicalização permanecer como um fenômeno presente crescente em nosso cenário educativo, ainda que tenhamos pesquisas que façam uma leitura crítica a respeito dos problemas de aprendizagem e da forma de diagnosticá-los, conforme aponta Souza (2007, p. 52):

Ao considerar que as causas da queixa escolar se encontram no psiquismo (problemas emocionais) ou no rebaixamento intelectual (deficiência mental), que, é importante ressaltar, a maioria das vezes as crianças não apresentam, continuamos eximindo o sistema escolar da participação e/ou produção dessas dificuldades. Desconsiderar a produção do fracasso no conjunto de relações do processo de escolarização dificulta propor ações que venham a modificar, pelo menos minimamente, as relações escolares.

O aluno quando apresenta comportamentos que fogem à regra do que é aceitável, tem dificuldades para aprender, que não tenha o mesmo ritmo em aprender do que os colegas, muitas vezes é encaminhado ao médico, e acaba sendo tratado

como indivíduo doente, responsabilizando-se apenas o indivíduo por suas dificuldades, não se levando em conta aspectos sociais.

Trabalhos como o de Moysés (2001) procuram problematizar a abordagem neurobiológica no ambiente escolar, tecendo discussões referentes ao fenômeno que tem sido chamado de “medicalização da educação”.

Com o processo de medicalização interiorizado no cotidiano das pessoas e no sistema educacional, seus atores os profissionais da educação, pais e outros profissionais já imersos no processo, os comportamentos indesejados e o não aprender cada vez mais estigmatizado e rotulado, tudo isso tornou mais difícil para os envolvidos questionarem alguma mudança, colocando desta forma todo ônus do problema no âmbito individualizado. Em pesquisas sobre o tema Moysés e Collares concluíram que as causas para o fracasso escolar são direcionadas para o aluno e suas famílias, e destacam “A escola, o sistema escolar são sistematicamente relegados a plano mais que secundário quando falam sobre o que consideram causas do fracasso escolar.” (MOYSÉS; COLLARES, 1997, p. 64).

Nas escolas, segundo Moysés (1990), há uma construção falsa entre doença e não aprendizado, e essa construção corresponde a um modelo positivista de ciência e tal modelo leva em consideração apenas o ponto de vista biológico, e não também o âmbito social ao qual ele está inserido, assim tornando o social algo banal, sem importância. O aumento de diagnósticos de queixa escolar como doença traz duras consequências para essas crianças, em alguns casos, professores acabam ofertando atividades com um nível de dificuldade bem mais baixos e fora do contexto, pois acreditam que não iram ser capazes de alcançar o nível da turma e com isso aumente os problemas de escolarização desses alunos.

A medicalização da vida escolar é cada vez mais frequente em crianças que apresentam uma certa dificuldade em aprender ou que demonstram um comportamento diferente dos outros alunos, e isso tem causado um aumento considerável do uso de medicamentos por crianças e adolescentes em idade escolar. Segundo Meira (2012), “Essa ‘epidemia’ de diagnósticos produz na mesma escala uma ‘epidemia’ de tratamentos, muitos dos quais altamente prejudiciais à saúde, especialmente nos casos em que não seriam de fato necessários” (p. 136).

A medicalização, como consequência dessa concepção fisicalista, suscita preocupações tanto físicas quanto psíquicas, em relação aos efeitos de longo prazo que implica relações que produz, dos rótulos que se instalam e das dificuldades que o sujeito encontra a partir deles, determinados por uma série de obstáculos e sofrimentos que se interpõem na relação do sujeito com o mundo que o cerca. (FIORE, 2005, p. 370).

Muitas vezes essas crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem são “diagnosticadas” por professores que apenas observando o comportamento do aluno já os rotulam com algum transtorno e assim as escolas encaminham esses alunos para atendimento especializado e com frequência solicitam laudos e diagnósticos.

Avaliação multidisciplinar tem que ter o acompanhamento de profissionais especialistas, como psicopedagogos, fonoaudiólogos, neurologistas infantis e psicólogos, saber quais os testes devem ser utilizados para avaliar a criança, reunir a equipe multidisciplinar a fim de chegar ao diagnóstico com precisão.

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico, pois para respondermos à pergunta da pesquisa “Quais as relações entre medicalização e educação presentes na literatura acadêmica?” teve como fonte de coleta de dados artigos sobre a temática presente. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002, p.3), “[...] é desenvolvida com base em amplo material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]”. Este tipo de pesquisa é, para o autor, essencial em estudos históricos, e uma de suas grandes vantagens é a possibilidade de cobertura ampla do fenômeno. A pesquisa contou com a abordagem qualitativa, definida como:

[...] a pesquisa qualitativa, recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais [...] adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles. (CHIZZOTTI, 2003, p.2)

Para responder a nossa pergunta de pesquisa, primeiramente faremos uma exposição a respeito do que é a medicalização dos problemas de escolarização tendo como referência principal os escritos de COLLARES e MOYSÉS. Num segundo momento, abordaremos problemas de aprendizagem com base na medicalização na escola.

O que é medicalização?

A medicalização seria, então, o estudo da banalização da prescrição de medicamentos, e, no caso específico em estudo, da banalização da prescrição de psicofármacos.

Medicalizar significa, de forma bastante resumida, transformar aspectos de cunho social, político, educacional, cultural etc. em problemas de ordem da saúde. O conceito de medicalização tornou-se mais expressivo a partir da década de 1970, quando se apontou que a amplificação do poder médico minimizava as possibilidades de os sujeitos lidarem com suas perdas da vida cotidiana, uma vez que sofrimentos eram transformados em doença. Isso ocorre, por exemplo, quando a tristeza ganha status de depressão (COLLARES; MOYSÉS, 2013, p. 15).

O processo de medicalização de nossas crianças e adolescentes no contexto escolar é um fenômeno que merece uma atenção especial daqueles que se preocupam com a educação. Vale lembrar que o conceito de medicalização é bem amplo, então não implica apenas as patologias ligadas às dificuldades escolares, como TDAH e Dislexia. Além disso, é necessário ressaltar os efeitos negativos do uso de medicamentos, como o vício que pode ser causado posteriormente nas crianças. Há também uma teoria sobre a alteração que se dá no desenvolvimento do cérebro causado pelo aumento de dopamina (neurotransmissor responsável pela sensação de prazer encontrado em algumas medicações), e as reações que podem ocorrer no sistema humano, como, psicose, alucinações, sonolência, arritmia, taquicardia, alterações hormonais, entre outros sintomas ou estados mentais (MOYSES; COLLARES, 2013).

O elemento mais grave do processo de medicalização é que ele serve exclusivamente para confirmar suspeitas de professores e médicos. As crianças passam a ser vistas como deficientes, incapazes de aprender, e são submetidas ao consumo de doses aviltantes de drogas psicotrópicas, vivendo de diagnósticos e remédios. E esses, por certo, é que não são capazes de ensinar alguém a ler ou escrever. (GARRIDO; MOYSÉS, 2010, p. 158).

O interessante de se perceber é que as relações de pessoas que tem um envolvimento diretamente com educação se empobrecem, pois são os professores que deveriam ser os responsáveis por analisar e se dispor a entender as dificuldades enfrentadas por seus escolares, porém passam a ser mediadores ao encaminhar aqueles considerados com “problemas” de aprendizagem aos profissionais da saúde. Segundo os autores: “Vivemos a Era dos Transtornos. Uma época em que as pessoas são despossuídas de si mesmas e capturadas-submetidas na teia de diagnósticos-rótulos-etiquetas, antigos e novos, cosmeticamente rejuvenescidos ou reinventados.” (MOYSÉS; COLLARES, 2013, p. 44).

Ainda segundo Moysés (2001), o termo medicalização, é usado quando vários fenômenos sociais, psicológicos, culturais, comportamentais, educacionais e

pedagógicos começam a ser abordados como problemas médicos e muitas vezes como problemas psiquiátricos e com isso passam a ser entendidos como doenças e transtornos e principalmente nos dias atuais isso geralmente corresponde a alguma prescrição medicamentosa.

O termo medicalização vem sendo usado em diferentes perspectivas, alguns usam o termo como sinônimo do ato de medicar, porém seria necessário reconhecer primeiro que o ato de medicar é uma das partes medicalização talvez a mais visível. E os números são esbanjadores quanto ao aumento de casos que necessitam de medicação.

Cada vez mais vemos um processo amplo de medicação para tentar diminuir sentimentos que fazem parte de nossas vidas, como a preguiça, tristeza, agitação, desânimo. Gaudenzi e Ortega citam que muitos autores usam o termo medicalização como “[...] crítica negativa ao excesso de medicação denunciando o aumento da intervenção médica em campos que até então não lhe pertenciam” (2012, p. 22). Os autores mostram uma “intervenção política da medicina no corpo social, por meio do estabelecimento de normas morais de conduta e prescrição e proscricção de comportamentos, o que tornaria os indivíduos dependentes dos saberes produzidos pelos agentes educativo-terapêuticos” (GAUDENZI; ORTEGA, 2012, p. 22).

A medicalização basicamente funciona como um rastro de pólvora que se expande muito rápido de maneira quase incontrolável.

De forma crescente e intensa, medicamentos são utilizados para propósitos que extrapolam a função precípua para a qual, em tese, foram sendo descobertos e criados, isto é, aliviar sintomas e curar doenças. Interesses mercantis incentivam, fortemente, a crença na ‘pílula mágica’, pretensa solução para tudo. (BARROS, 2010, p. 89)

Conforme Moysés e Collares (2014), no Brasil, uma das primeiras autoras a discutir a medicalização foi Cecília Donnangelo, socióloga, professora da Faculdade de Medicina da USP, que se dedicou a pesquisar as relações entre saúde e sociedade. Em sua tese de doutorado, bastante atual e decorridos mais de 30 anos, analisa as consequências desse projeto de medicalização da sociedade, iniciado há quase dois séculos; aponta as formas pelas quais ele se concretiza nos tempos atuais, destacando a extensão da prática médica como elemento primordial.

No que se designa aqui por extensão da prática médica há que destacar pelo menos dois sentidos que devem merecer atenção: em primeiro lugar, a ampliação quantitativa dos serviços e a incorporação crescente das populações ao cuidado médico e, como segundo aspecto, a extensão do campo da normatividade da medicina por referência às representações ou concepções de saúde e dos meios para se obtê-la, bem como às condições gerais de vida. Ambos os aspectos manifestam-se quer através do cuidado médico individual, quer através das chamadas "ações coletivas" em saúde, tais como medidas de saneamento do meio, esquemas de imunizações, programas de educação para a saúde, entre outros (DONNANGELO; PEREIRA, 1976, p. 33).

Medicalização dos problemas de escolarização

Os primeiros sinais de problemas escolares começam a ser notados nos anos iniciais do ensino fundamental da educação básica, pode ser talvez pelo fato de que neste período que as crianças iniciam a alfabetização e posteriormente a escrita. Porém, algumas crianças, ainda na educação infantil, já estão sendo levadas para psicólogos, por apresentarem alguma determinada dificuldade em algum aspecto do seu desenvolvimento ou demonstram muita agitação, sendo assim, essas crianças acabam sendo taxadas como crianças que fogem dos padrões esperados. Neste sentido, o aluno que não se adequa nos moldes considerados apropriados, uma criança quieta, que não questiona, não corre, não conversa, a criança que não é assim é tida como anormal, e assim irá precisar de acompanhamento médico ou de uma avaliação. Costa (1984 apud MEIRA, 2011, p.113) explica a entrada da medicina no campo educacional, como:

[...] as origens desse processo de psicologização do cotidiano escolar no Brasil no movimento higiênico-pedagógico dos séculos XVIII e XIX, o qual introduziu as ideias de medicina social com o objetivo de normatizar o modo de vida das massas populares por meio do controle de seus corpos e costumes, bem como da repressão de comportamentos considerados socialmente nocivos e inadequados.

Segundo Collares e Moysés (2011), o discurso médico acerca de crianças com dificuldades de aprendizagem e também alterações comportamentais, iniciou no final do século XIX no Brasil. A princípio, os médicos foram procurando no corpo justificativas para as dificuldades na aprendizagem, que passaram a ser consideradas pelo oftalmologista Hinshelwood, como um problema orgânico que foi denominado Cegueira Verbal Congênita, ele acreditava que, se os doentes com cegueira verbal não conseguiam mais ler e escrever, as crianças e adolescentes que não aprendiam

a ler, teriam a forma congênita da doença. Porém, de acordo com as autoras, este pesquisador, não encontrou respostas para essas afirmações, primeiramente por que seus estudos não tiveram evidências empíricas e sistematização e segundo que não era possível fazer um exame e identificar o problema.

O campo da medicina produz argumentos que definem como nós devemos ser, como devemos agir e quais hábitos devemos ter para estarmos sempre saudáveis. Nesse sentido: “Com o consentimento da sociedade, que delega à medicina a tarefa de normatizar, legislar e vigiar a vida, estão colocadas as condições históricas para medicalização da sociedade, aí incluídos comportamento e aprendizagem.” (MOYSÉS 2008, p.1)

Não há como negar que existem alunos que de fato apresentam diagnósticos que podem prejudicar seu desenvolvimento cognitivo. Durante a vida escolar vemos o reflexo de desigualdades sociais, econômicas e culturais. Historicamente, os alunos que manifestam comportamentos diferentes são caracterizados pelo fracasso escolar, permeado de sofrimento e alienação.

Atualmente, segundo Calado (2014) muitos desses alunos, com base na ideia de que o fracasso escolar é devido à disfunção neurológica, são diagnosticados com carências de aprendizagem putativas, incluindo hiperatividade, disfunção cerebral mínima, dificuldades de aprendizagem, dislexia, condições que nunca foram testadas. Os problemas de caráter pedagógico, político, social e cultural são caracterizados em questões biológicas e médicas. A medicalização dos processos de aprendizagem, basicamente, significa a prática de se tomar um problema que não é médico em um problema biológico. A principal questão considerada indicadora de supostas dificuldades escolares é quando o aluno não está adequado às normas escolares (que não se enquadram nas performances escolares).

Passou a ser senso-comum pensarmos que as conquistas dependem dos esforços individuais de cada um. É comum assistirmos a programas na televisão que relatam histórias nas quais se reforça a ideia de que as pessoas, individualmente, é que precisam lutar para conseguirem o que querem. O sistema capitalista se constitui nesta ideologia – defende que as pessoas que fracassam não aproveitaram bem as oportunidades que lhes foram dadas. Ora, pensar assim é fortalecer a ilusão de que vivemos condições de possibilidade igualitárias. O preço dessa ilusão é a privatização da responsabilidade pública e suas consequentes doenças contemporâneas no corpo do sujeito. (MACHADO, 2004, p.28)

Essa pauta acima produz crianças incapazes de aprender e que acaba deixando a parte pedagógica em segundo plano e dá espaço a uma intervenção médica. Essa maneira de conduzir os processos de escolarização tem penetrado no pensamento cotidiano, como se fosse a única solução para a educação: patologizar os indivíduos que a escola não consegue alcançar.

Para Moysés e Collares (2010 apud CALADO, 2014, p. 1), esse fenômeno está relacionado à medicalização da educação, que busca transformar os problemas do sistema educacional em doenças medicamente solucionáveis. Para as autoras, esse movimento desloca os problemas coletivos, sociais e políticos para o campo médico, reduzindo-os à sua dimensão biológica e reduzindo a responsabilidade de outras autoridades e a atribuição de responsabilidades.

Todos esses fatores desestabilizam os relacionamentos que você desenvolve na escola. O tema é relevante e destaca a necessidade de se investir fortemente em pesquisas em saúde e educação para implementar alternativas para superar a excessiva (e crescente) medicalização de crianças e adolescentes.

É de grande importância entender a compreensão dos professores sobre um fenômeno que afeta a Educação como um todo, pois isso possibilita enxergar uma parte da realidade das escolas atualmente e como os profissionais lidam com a conexão entre dificuldades de aprendizagem e o uso frequente de medicamentos pelos alunos.

Conforme Moysés e Collares (2014, p. 60-61), “A Medicina constrói, assim, artificialmente, as doenças do não-aprender e as doenças do não-se-comportar e a consequente demanda por serviços de saúde especializados, ao se afirmar como a instituição competente e responsável por sua resolução.” Analisar essa área específica do ambiente educacional também significa entender os diversos elementos relacionados aos distúrbios de aprendizagem. Além disso, é importante ressaltar como as diretrizes da política educacional podem diminuir esse fenômeno, limitando-o ao ambiente escolar.

De acordo com Costa et al. (2019), com o aumento cada vez maior do número de crianças diagnosticadas com algum tipo de condição, a urgência em resolver esses problemas passou a ser priorizada, considerando as questões educacionais como algo que requer tratamento imediato. Isso contribui para a percepção de que a medicação pode ser a principal solução, já que oferece resultados rápidos.

A partir disso, Costa et al. (2019) afirmam que a ideia de que os(as) professores devem identificar e registrar os primeiros indícios de possíveis distúrbios relacionados à aprendizagem só se fortalece, dado que, ao acompanharem de perto o progresso dos alunos, estão aptos a detectar precocemente quaisquer dificuldades ou diferenças. Isso permite que se sintam confiantes em alertar os pais, possibilitando que busquem soluções prontamente. A responsabilidade do educador, nesse contexto, está centrada no cuidado com a saúde mental das crianças, uma dimensão crucial para os desafios educacionais. No entanto, imersos em narrativas dominantes de eficiência e eficácia, os professores são pressionados a alcançar resultados rápidos no processo educativo. Essa é uma questão sistêmica gerada pelo capitalismo, que está impactando o ensino e a saúde mental da população.

Ao discutir a questão da utilização de medicamentos do ponto de vista do processo de escolarização, considera que o aumento na prescrição de remédio reflete também uma necessidade de a escola se atentar e rever como tem trabalhado suas relações de ensino e de aprendizagem. A necessidade do tratamento medicamentoso não deve ser a primeira análise das dificuldades na escola.

Podemos notar que uma das maiores dificuldades se encontra ligada à compreensão da dificuldade de aprender, o fato é que esse fenômeno aparece em nossa linguagem há bastante tempo. Com isso, conseguimos perceber que o que está em questão nesse momento é a noção de sujeito psicológico que estamos construindo.

Considerações finais

Objetivou-se com essa pesquisa analisar estudos sobre a medicalização na educação. Por meio de estudos de Collares e Moysés (1990, 1997, 2011, 2013), buscamos uma reflexão acerca dos conceitos de medicalização e problemas de aprendizagem, assim, tivemos como propósito analisar as relações de medicalização e educação presentes nas literaturas acadêmicas.

Com esse estudo, pudemos notar que quando a criança não é considerada um aluno 'padrão' para escola e está na maioria das vezes agitado, sempre questionando alguma coisa, ele é basicamente diagnosticado com algo que necessite de algum tipo de medicamento para que ele se inclua entre as crianças 'normais' da escola, as que estão sempre quietas e não são agitadas.

Acredito que este estudo possa contribuir para uma reflexão acerca da medicalização e dos problemas escolares, que acredito que têm ganhando frequentemente mais espaço e mais discursos tanto nas escolas quanto nos meios sociais. Algumas falas mencionadas neste estudo mostram que o uso de medicamentos só vem aumentando e suas justificativas se encontram sempre nos alunos inseridos na rede de ensino. Com isso, espero que este trabalho, não só possa contribuir de maneira positiva para futuros estudos sobre esse assunto, mas também ajudar para que outras pessoas se aprofundem mais sobre esse tema, que vem crescendo cada dia mais.

Referências

- BARROS, José Augusto Cabral de. Ampliando espaços para a “medicalização: instrumento para desfrute de melhores níveis de vida? In: CAPONI, Sandra et al. **Medicalização da Vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica**. Palhoça: Unisul, 2010. P. 89-95.
- CALADO, V.A. **Estágio em psicologia escolar e educacional: ruptura com a medicalização da educação**. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 18, p. 567-569, 2014.
- CHAGAS, J. C.; PEDROZA, R. L. S. **Patologização e medicalização da educação superior**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 32, 2017.
- CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. *Revista Portuguesa de Educação*, Portugal, v.16, n. 2, p. 221- 236, 2003.
- CHRISTOFARI, A. C., FREITAS, C. R., and BAPTISTA, C. R. **Medicalização dos Modos de Ser e de Aprender**. *Educ. Real.* [online]. 2015, vol.40, n.4, pp. 1079-1102. [viewed 11th December 2015]. ISSN 2175-6236. DOI: 10.1590/2175-623642057. Available from: <http://ref.scielo.org/bfkq4n>.
- COIMBRA, J. L. et al. **Medicalização da Educação Escolar**. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 57, p. 5-9, 2020.
- COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. **Controle e medicalização da infância**. *Desidades: Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 11-21, 2013.
- COSTA, T. S. et al. **Papel do professor face à medicalização: estudo exploratório no território brasileiro**. *Psicologia da Educação*, São Paulo, v. 49, p. 89-97, 2019.
- FIORE, M. A. **Medicalização do corpo na infância: Considerações acerca do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade**. *Revista Mnemosine*, 1(1), 364-380, 2005.
- FORUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE. **Nota técnica: o consumo de psicofármacos no Brasil, dados do sistema Nacional de Gerenciamento de produtos controlados ANVISA (2007-2014)**, 2015.
- GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. O Estatuto da Medicalização e as Interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como Ferramentas Conceituais para o Estudo da Desmedicalização. *Interface*, v. 16, n. 40, p. 21-34, jan./mar. 2012. Disponível em: . Acesso em: 18 jun. 2013.
- GIL, A C. Como classificar as pesquisas com base nos procedimentos técnicos utilizados? In: **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, p. 1-176, 2002.
- MACHADO, Adriana Marcondes. Encaminhar para a Saúde quem vai Mal na Educação: um ciclo vicioso? *Revista Educação*, São Paulo, SME, 2004. Disponível em: Acesso em: 06 ago. 2013
- MEIRA, M. E. M. Incluir para continuar excluindo: a produção da exclusão na educação brasileira à luz da psicologia Histórico-Cultural. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (Orgs.). **A exclusão dos incluídos: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos**. 2.ed. Maringá: Eduem, p. 91-132, 2011.
- MEIRA, M. E. M. **Para uma crítica da medicalização na educação**. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 16, p. 136-142, 2012.
- MOYSÉS, M. A. A. **A institucionalização invisível: crianças que não aprendem na escola**. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.
- MOYSÉS, M. A. A. Fracasso escolar: uma questão médica? Em: **Toda criança é capaz de aprender?** Série idéias n°6, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 40-46, 1990.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Medicalização: o obscurantismo reinventado. In: COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A.; RIBEIRO, M. C. (Org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**: memórias do II Seminário internacional educação medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos. Campinas, SP.: Mercado de Letras, p. 41-64, 2013.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Inteligência Abstráida, **Crianças Silenciadas**: as Avaliações de Inteligência. Psicologia USP, [s. l.], v. 8, ed. 1, p. 63-89, 1997.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. O lado escuro da dislexia e do TDAH. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (Orgs.) **A exclusão dos incluídos**: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2.ed. Maringá: Eduem, p. 107-156, 2011.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. A Medicalização na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e as Políticas de Formação Docente. In: **reunião anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação** (ANPED), 31, 2008, Caxambu. Anais... Rio de Janeiro: Editores Associados, 2008

OLIVEIRA, I. B. Conhecimento na Era dos Transtornos: limites e possibilidades. In: COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A.; RIBEIRO, M. C. F. **Novas capturas, antigos diagnósticos na Era dos Transtornos**. São Paulo: Mercadeo de Letras, 2013.

PAIS, S. C.; MENEZES, I.; NUNES, J.A. **Saúde e escola**: reflexões em torno da medicalização da educação. Cadernos de Saúde Pública, v. 32, p. e00166215, 2016.

OLIVEIRA, I. B. Conhecimento na Era dos Transtornos: limites e possibilidades. In: COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A.; RIBEIRO, M. C. F. **Novas capturas, antigos diagnósticos na Era dos Transtornos**. São Paulo: Mercadeo de Letras, 2013.

SIGNOR, R. C. F.; BERBERIAN, A. P.; SANTANA, A.P. **A medicalização da educação**: implicações para a constituição do sujeito/aprendiz. Educação e Pesquisa, v. 43, p. 743-763, 2016.

ZUCOLOTO P. C. S. V.; PATTO M. H. S. **O médico higienista na escola: as origens históricas da medicalização do fracasso escolar**. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 136-145, abr. 2007.